

RETORNAR A LENIN: A RENOVAÇÃO DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES E SUAS INTERLOCUÇÕES COM O PENSAMENTO LENINEANO

VOLVER A LENIN: LA RENOVACIÓN DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES Y SUS INTERLOCUCIONES COM EL PENSAMIENTO LENINEANO

RETURN TO LENIN: THE RENEWAL OF ALBERTO PASSOS GUIMARÃES AND HIS INTERLOCUTIONS WITH LENIN'S THOUGHT

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.37678>

Leonardo César de Albuquerque¹

Resumo: O objetivo do artigo é relacionar os aspectos do marxismo de Alberto Passos Guimarães com o pensamento lenineano. Para tanto, contextualiza-se o processo de constituição do *Monolitismo* no movimento comunista e a subsequente eclosão do processo de *Renovação Policêntrica*, observando seus desdobramentos na esfera brasileira. Compreende-se, assim, a formulação da *Declaração de Março* de 1958, marco fundante do processo de *renovação* entre os comunistas brasileiros. Em seguida, percorrem-se as fissuras abertas até os debates do V Congresso do PCB, analisando a publicística de Guimarães e identificando nela os elementos do pensamento de Lenin que lhe inspiram a produzir inflexões *renovadoras*.

Palavras-chave: Marxismo. Partido Comunista Brasileiro (PCB). Lenin. Teoria. Stalinismo.

Resumen: El objetivo del artículo es relacionar aspectos del marxismo de Alberto Passos Guimarães con el de Lenin. Se contextualiza el proceso de constitución del monolitismo en el movimiento comunista y el brote posterior de La renovación policéntrica, observando su evolución en la esfera brasileña. Por lo tanto, es posible comprender la formulación de la Declaración de Marzo de 1958, um hito fundamental del proceso de renovación entre los comunistas brasileños. Luego, se exploran las grietas abiertas hasta los debates del V Congreso del PCB, analizando la publicística de Guimarães e identificando em ella los elementos del pensamiento de Lenin que lo inspiran a producir inflexiones renovadoras.

Palabras clave: Marxismo. Partido Comunista Brasileño (PCB). Lenin. Teoría. Estalinismo.

Abstract: The objective of the article is to relate the aspects of Alberto Passos Guimarães' marxism with Lenin's thought. To this end, the process of constituting the *Monolithism* in the communist movement and the subsequent outbreak of the *Polycentric Renewal* are contextualized, observing its developments in the brazilian sphere. Thus, the formulation of the *Declaration of March* 1958 can be understood, a founding mark of the *renewal* process among brazilian communists. Then, the open cracks are explored until the debates of the V BCP Congress, analyzing Guimarães' publicity and identifying in it the elements of Lenin's thought that inspire him to produce *renewing* inflections.

Keywords: Marxism. Brazilian Communist Party (BCP). Lenin. Theory. Stalinism.

O presente artigo tem o intuito de interpelar a publicística de Alberto Passos Guimarães (APG), durante o V Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), relacionando o cerne de sua formulação com o contributo lenineano sobre o conceito de *Revolução*. Conhecido fundamentalmente pela *Germinar: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, p.236-248, out. 2020. ISSN: 2175-5604* 236

elaboração do livro *Quatro Séculos de Latifúndio* (1963), pouco se aduz ao conjunto de sua produção intelectual e política², o que influi na elaboração de leituras enviesadas de sua produção intelectual. Nesse artigo buscamos recortar do momento de sua participação na formulação da *Declaração de Março* de 1958 – documento de significativo impacto na história do partido comunista – até as polêmicas que participa nos debates congressuais de 1960. Tal esforço visa refletir sobre o significado histórico desse personagem e de sua contribuição política.

Para tanto, buscamos contextualizar o cenário em que se deu sua publicística, dividindo o artigo em seis seções: a primeira intitulada **Da crise do Monolitismo à Renovação Policêntrica**, discutimos a construção da hegemonia do stalinismo no movimento comunista e sua desagregação após o XX Congresso do Partido Soviético em 1956; a segunda seção, chamada **A Primeira Renovação Pecebista**, discutimos a configuração da crise política do PCB que se manifesta após o congresso soviético e que leva a produção da *Declaração de Março* de 1958; na terceira, **As fissuras da renovação**, apresentamos uma síntese das contradições engendradas pelo documento; na quarta seção, **Alberto Passos e seu marxismo político**, nos debruçamos sobre a sua intervenção política ao V Congresso de 1960, expressando sua singular divergência com os grupos que polemizavam; na quinta seção, intitulada **Interloquções com Lenin**, relacionamos as categorias lenineanas de *revolução* apropriadas por APG e as consequências teórico-analíticas que desdobram dessa aproximação; encerrando, por fim, com nossas considerações.

Da crise do Monolitismo à Renovação Policêntrica

O processo histórico da Revolução Russa de 1917 se deu num conjunto de profundas contradições. A ascensão de Stalin à direção política do partido bolchevique e do movimento comunista não se deu como resultado direto dela, mas se estabeleceu através de hábeis movimentações táticas feitas por Stalin entre os grupos que polemizavam no processo revolucionário. A despeito da subordinação da teoria marxista a suas manobras táticas, logrou isolar adversários e formular uma dogmática teoria do processo revolucionário. Constituiu-se assim o que Gyorgy Lukács (2008) qualifica como o *método stalinista*, definindo que “tal método funda e estabelece a onipotência da tática, a dominância dela sobre a teoria” (p. 149), percebendo o nexo entre essa metodologia taticista e a homogeneização teórica do movimento.

Com efeito, o domínio da tática dirigida pelo alto pode se desenvolver melhor quando, também no terreno da teoria, as pesquisas científicas, as reflexões originais, até mesmo a propaganda com alguma densidade, são substituídas por uma agitação vulgarizada, que busca efeitos imediatos (LUKÁCS, 2008, p. 149).

Assim, consolidou-se a generalização da experiência revolucionária da Rússia como modelo e do Partido Soviético como guia. As teorias stalineanas, da construção do *Socialismo em um só país* e sua contraparte a *Lei do Desenvolvimento Desigual do Capitalismo*³, assumem o papel de doutrina oficial. Seu esquemático e antidialético conceito de *Etapas Históricas*, como uma sucessão evolutiva de *Modos de*

Produção universais e obrigatórios a todas as sociedades, impõe-se como mapa estratégico às indistintas realidades nacionais. Ficava evidente a finalidade de estabelecer a subordinação dos partidos estrangeiros ao centro moscovita e utilizar o movimento comunista como corrente de pressão frente os países capitalistas na defesa dos interesses do Estado soviético.

Fernando Claudín (2013) caracterizaria esse fenômeno como a construção do *Monolitismo* no movimento comunista. O predomínio da doutrina stalinista delineou um cenário de *russificação* do movimento comunista e de subordinação das questões nacionais, enfrentadas pelos diversos partidos que integravam a Internacional, aos interesses da URSS. Essa supremacia stalinista se perpetuaria mesmo após a dissolução da Internacional em 1943.

No entanto, esse quadro não se dava sem gerar contradições latentes e acabaria por sofrer desgastes progressivos até o significativo abalo que eclode no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A crescente contradição no plano tático-estratégico, entre as orientações programáticas elaboradas por Moscou e as iniciativas de partidos comunistas enraizados em suas lutas nacionais, aprofundou contradições entre as emergentes *vias nacionais* para o *socialismo* com o planejamento ultracentralizado advindo do PCUS.

Colocava-se em cena, no movimento comunista, de maneira ineditamente acentuada, a questão do policentrismo – [...] – que reivindicava flexibilidade nas formas de conceber a transição ao socialismo. Esta acepção policêntrica tinha em questão o forte veio eurocentrista que predominou na história das lutas socialistas desde 1848 (BRAZ, 2011, p. 222).

Após a morte de Stalin em 1953, tais pressões por maior descentralização se somam a outros fatores para o enfraquecimento dessa estrutura altamente centralizada e que se corporificariam nas denúncias dos crimes de Stalin, feitas por Nikita Khrushchev durante o XX Congresso do PCUS em 1956. Ainda que tais críticas tivessem aspectos de grande superficialidade, mantendo o predomínio da metodologia tática por parte de Moscou (LUKÁCS, 2008), seus desdobramentos se fariam sentir no interior do movimento comunista internacional, produzindo experiências de complexa configuração, como no caso brasileiro.

A Primeira Renovação Pecebista

O impacto do XX Congresso do PCUS no Brasil encontra profundas tensões acumuladas no partido brasileiro. A demora da direção do PCB em colocar a questões para debate interno acabou sendo atropelada pela iniciativa da base do partido, interessada em discutir suas contradições internas. Em uma verdadeira insubmissão da redação do órgão oficial do partido, o jornal Voz Operária, publicaram-se um conjunto relevante de intervenções nas páginas do periódico, entre 1956 e 1957, onde ficaram evidentes as profundas divergências presentes na militância, tanto em relação à linha política da URSS para com movimento comunista, como também sobre programa vigente do IV Congresso do PCB (SANTOS, 1988).

Nas páginas do periódico dividem-se dois grupos mais definidos: os *renovadores* – militantes defensores de uma linha democrática e nacionalista, críticos a URSS e ao trabalho da direção do PCB – e os *conservadores* – membros do partido que rejeitavam as críticas como desvios revisionistas. A crise atravessava mesmo o interior do Comitê Central, tendo os principais nomes da ala *conservadora* alguns quadros da sua comissão executiva e alguns nomes significativos como Agildo Barata na ala *renovadora*. Para buscar uma solução a crise, alguns quadros formam um *Centro Pragmático* para superar as contradições expostas (SEGATTO, 1995).

O *Centro Pragmático* era coordenado por Giocondo Dias, com anuência de Luiz Carlos Prestes. Desencadeariam três ações no sentido do apaziguamento da crise: o encerramento dos debates públicos do partido; a expulsão dos quadros identificados publicamente com as posições *renovadoras* por alegadas posições “antipartido”; e a articulação de um grupo de quadros, paralelamente à direção partidária, para a redação de um documento de retificação da linha programática, com uma respectiva recomposição do Comitê Central, destituindo antigos quadros comprometidos com o programa de 1954 de seus cargos na executiva e no Comitê Central – João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, principalmente.

Agora, após o controle da estrutura partidária, o núcleo dirigente voltava-se para a apropriação das teses renovadoras; a postura era necessária para barrar a evasão de militantes e ‘destruir as bases falsas’ do revisionismo. Mas a luta em duas frentes, com frequência, se convertia numa peculiar aliança também em duas frentes, embora isso pudesse significar uma ambiguidade bastante acentuada (SANTOS, 1988, pp. 249-250).

Ambiguidade que se expressaria na própria redação da declaração, como nos relata Jacob Gorender (2014), na centralidade da polêmica entre o próprio Gorender e Mário Alves com as concepções “gradualistas”, de que o socialismo seria uma espécie de “evolução da democracia burguesa”, de Armênio Guedes e APG. Essa composição de teses contraditórias sustentaria a caracterização que faz José Segatto (1995) do processo como uma *Renovação Conservadora*. Essa percepção auxilia-nos a compreender esse processo como uma solução providencial, que postergava as tensões sem conseguir superá-las, e tomada por nós como a raiz da interpelação de APG no período subsequente.

As fissuras da Renovação

O programa do PCB até a Nova Política de 1958, ainda era caudatário do *Manifesto de Agosto* de 1950, quando o partido advogava uma linha insurrecional, promovida por uma frente operária e camponesa contra a “ditadura feudal e burguesa serviçal do imperialismo”, na consecução de sua Etapa Democrático-Popular para deter a “crescente colonização” do país. Seu arco de alianças excluía a Burguesia, vista como aliada do latifúndio e do imperialismo, assim como o movimento trabalhista, tido como elemento de conciliação dos interesses proletários com a burguesia.

Ainda que tivesse sofrido algumas flexibilizações, forçadas pela base do partido e do movimento social – como a revisão da linha sindical em 1952 e de certa inserção sutil da concepção de frente popular, com a introdução da *Burguesia Nacional* (PRESTES, 2015) e dos camponeses ricos (MEDEIROS, 1995) durante o IV Congresso – ela não sofre mudanças essenciais em seu panorama da Revolução Brasileira.

A *Declaração de Março* de 1958 alteraria os aspectos mais fundamentais desse programa. A primeira etapa da Revolução Brasileira passa a se definir como de caráter Democrático-Nacional. O documento tende a reconhecer uma contradição no interior do Estado, entre os aspectos representantes dos interesses dos latifúndios e do grande capital associados ao imperialismo em oposição aos elementos da “burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional”. Por essa razão se recolocava em debate a proposição de Frente do PCB incorporando amplos setores nacionais. Do proletariado e do campesinato pobre, a frente se estendia à *Burguesia Nacional* e mesmo setores do Latifúndio em “oposição ao Imperialismo”, em especial o norte-americano. Nela os comunistas não teriam o intuito de sobrepujar os múltiplos interesses inerentes dessa frente essencialmente contraditória, mas de agir no intuito de mantê-la coesa em torno de um programa mínimo democrático e nacional. Da tática insurrecional, o novo programa se desloca para o reconhecimento do desenvolvimento democrático e pacífico no país para a realização da Revolução, que se processaria num misto de ações parlamentares – reconhecidas como fundamentais, mas com limitações ainda persistentes – e as ações “extraparlamentares” das massas, como forma de pressão sobre a institucionalidade.

Vale ressaltar que a elaboração desse programa se dá em meio ao governo de Juscelino Kubitschek, um governo de conciliação entre múltiplos interesses de classes e do capital estrangeiro em torno de um programa de modernização e desenvolvimento (DREIFUSS, 1981). Esse contexto fez sentir-se também num clima democrático novo, onde processos históricos contra os principais quadros dirigentes do PCB eram suspensos e se podia vislumbrar a legalização da sigla partidária (PRESTES, 2015).

No entanto, tal conjuntura progressista começa a se arrefecer já no ano de 1959 com a escolha sucessória de JK. Percebendo movimentações por parte do governo de construir uma sucessão mais à direita, excluindo as forças mais à esquerda da deliberação sucessória, os comunistas, através de manifesto de Prestes, denunciam que a guinada entreguista do governo causaria insatisfação popular, e que essa já estaria se expressando como no caso da Revolta da Cantareira (1959) em Niterói/RJ, onde a população revoltosa com o preço das barcas, que faziam a travessia até a cidade do Rio de Janeiro, destruíram a sede da empresa e a casa dos proprietários do serviço. É possível ver um tom mais insurrecional desenhar-se, também tendo influência da vitória da Revolução Cubana em janeiro daquele ano.

No ano de 1960 é realizado o V Congresso do PCB, onde as tensões, provenientes da insuficiente *solução providencial*, não mais encontraram as represas da estrutura organizativa para se manifestar. Antônio Mazzeo (2003) nos fala de dois tipos de divergências presentes na tribuna de debates do Congresso: uma de tipo *teórico-interpretativa*, entre a concepção histórica de Caio Prado Jr. da gênese do capitalismo no país contra a interpretação etapista do conjunto partidário, que não exploraremos aqui; e outra de tipo *prático-político*, entre os defensores da Nova Política de 1958 e a minoria de quadros que reivindicava o antigo programa do IV Congresso. Sobre essa, segue o autor:

A crítica realizada por Amazonas, Grabois e Pomar [...] não consegue romper com os fundamentos teóricos que informavam as interpretações da realidade brasileira e tampouco as influências das análises arquetípicas das formações sociais construídas pelo *Kominform* [entidade de coordenação dos comunistas após a dissolução da IC], e, conseqüentemente, não questionam também a consagrada teoria da ‘revolução em etapas’ e a questão do feudalismo no Brasil (p. 161).

O que haveria de contradições seriam as posições táticas para a realização da Revolução Democrático-Burguesa, prevista no esquema da teoria das etapas stalinista e no planejamento estratégico de Moscou. Aqui Mazzeo estaria recuperando duas teses corretas sobre o comunismo brasileiro, tanto a identificação de sua coesão com o *Monolitismo* advindo de seu centro internacional, como a observação empírica de como se deu essa construção com base nas análises de Caio Prado Jr. (2004) da persistente permanência do desenho estratégico esboçado para o Brasil pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, inspirado pelo VI Congresso da IC em 1928 no auge da supremacia estalinista na organização, independentemente dos meandros táticos adotados pelo partido.

De fato, assim é possível de se enxergar. A crítica dos defensores das teses do IV Congresso vão no sentido de atacar a estratégia Democrático-Nacional. Criticavam o predomínio do aspecto Nacional, da luta anti-imperialista, sinalizada como a *contradição principal*. Porque dessa posição estaria decorrendo a proposta de extensão da frente a setores supostamente nacionalistas – aqui especificamente falam do Latifúndio associado com o imperialismo rival aos dos EUA e a Burguesia *Nacional* – e, conseqüentemente, da secundarização do aspecto Democrático, que estaria representado na luta do campesinato por terra e que afastaria a Revolução Burguesa brasileira da sua segunda etapa socialista. Para tecer essa crítica, alguns quadros identificados com essa posição acusam os defensores da nova proposta de programa de estarem se apropriando dos conceitos de “contradição principal” e “secundária” e da estratégia de frente com a Burguesia e o Latifúndio usadas pela Revolução Chinesa e formuladas por Mao Tsé-tung – crítica essa que não estaria muito distante de uma efetividade, como analisada por Anita Prestes (2011) nos textos de 1958 e das Teses do Congresso de 1960.

O programa em debate teve em Jacob Gorender e Mário Alves seus mais destacados defensores, por quantidade de artigos e por sintonia com as teses apresentadas. Eles seguiam uma linha de diferenciação das teses com a *Declaração*, argumentando uma linha de alterações progressivas. Segundo eles, o documento de 1958 teria erros que abriam brechas para interpretações direitistas, mas que o

documento de 1959 e a tese em debate retificavam essas posições. Defendia-se também que a alegada crítica de secundarização da luta democrática era equivocada, pois a primeira etapa, Democrático-Popular, demandava a conquista da terra e estaria ligado através de um processo de *revolução ininterrupta* com a segunda etapa Socialista, outro conceito, fundamentado em Lenin e defendido por Mao Tsé-tung como uma forma de conectar a luta democrática a socialista. Voltava-se fundamentalmente, ainda que reconhecesse o valor da disputa dos rumos do governo em um sentido nacionalista, afirma a forma de intervenção das forças populares pela pressão extraparlamentar. Variava-se a tática, porém se mantinham os elementos fundamentais da teoria das Etapas e de sua concepção do papel do Estado/Política na Revolução Brasileira. Desse preciso ponto, parte os elementos dissonantes da publicística de Passos Guimarães.

Alberto Passos e seu marxismo político

Durante o V Congresso, APG elabora três textos de intervenção política: “A Questão das Etapas da Revolução Brasileira”, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro” e “Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas”. Em linhas gerais, Passos aponta como uma confusão presente nas Teses na definição de quais seriam as tarefas da primeira e da segunda Etapa. Há no seu entender um silêncio quanto aos diferentes aspectos qualitativos do Estado na composição dos governos que se sucederiam no período intermediário do regime atual até a posterior etapa socialista.

Por isso, acredito que o período intermediário, que inevitavelmente se intercala ou já se intercalou entre o regime atual e o regime que no fim do processo lhe sucederá, constitui uma etapa histórica ou uma etapa estratégica da revolução brasileira, representada pela mudança no poder de determinadas classes ou camadas. O processo da revolução antiimperialista e antifeudal, segundo posso compreender, desdobra-se, por conseguinte, em duas etapas: a etapa nacional e democrática e a etapa democrático-popular (GUIMARÃES, 2019a, p. 253).

Na primeira Etapa, trata-se da conquista de um governo nacionalista e democrático. Nesse novo tipo de governo, a Burguesia comporia o Estado enquanto classe, não mais parcialmente; porém não sozinha, pois nele também se verificaria a entrada de diversas camadas das classes populares, como as “classes médias, urbanas e rurais, inclusive a parte mais radical do campesinato e a intelectualidade mais radical”, no interior do Estado, o democratizando. Para tanto, deveriam, por sua vez, ser alijadas do Estado, as classes dos latifundiários “feudais” e “ultrarreacionários” e do capital associados ao imperialismo norte-americano.

A viabilidade de execução dessa tarefa exige a capacidade de constituir uma frente nacionalista e democrática que seja capaz de isolar os interesses do imperialismo norte-americano, maior inimigo da questão nacional; como isolar também o elemento mais reacionário e imbricado com o fator de opressão externo, que seriam os latifundiários feudais. Isso se processaria sob a hegemonia da burguesia, visto que estaria completando o ciclo da revolução burguesa no país, porém alerta que:

O fato de que, na primeira etapa, realizada ainda dentro dos quadros do capitalismo, a burguesia ascenderá ao poder, e de que será nele a força hegemônica, não significa que o possa fazer sozinha, sem apoio de um forte movimento nacional e democrático de massas, sem o apoio da frente única das forças nacionais e democráticas de que participam as correntes populares mais ativas, e dentro da qual o proletariado, através dos comunistas, lutará para elevar cada vez mais sua influência, num crescente esforço para conquistar para si a hegemonia do movimento (GUIMARÃES, 2019a, p. 255).

Quanto a essa composição, vem a alertar sobre a necessidade do proletariado e do campesinato se engajarem na execução das tarefas de conteúdo democrático e burguês contra os elementos de servidão e das forças reacionárias, pois verifica a possibilidade de haver “transformações burguesas que se realizam sem alterar as bases do antigo regime”, modernizando a estrutura agrária, no tocante a estrutura econômica, sem que desagregue os elementos sociais da opressão sobre os camponeses e o proletariado. A isso, definiria como o *caminho reformista* – de modernização capitalista combinada a permanência das estruturas opressivas – oposto pelo *caminho revolucionário* – onde são realizadas as tarefas burguesas de modificação da agricultura combinadas à democratização das estruturas sociais, possibilitando a manifestação livre e aberta da luta de classes no campo e conseqüentemente na elevação do grau dela também nas cidades. Postulava assim a problemática da conquista de um caminho democrático de modernização do campo, ou então, um caminho *prussiano* (SANTOS, 2007) de modernização pelo “alto”. Logo, sua proposta para o campo passava pela organização da Frente Nacionalista no campo, incorporando os setores latifundiários capitalistas nela. A tarefa do campesinato nessa primeira etapa passaria pela organização sindical dos elementos ativos, servindo duplamente como elemento de aglutinação dessas forças, como de representação de seus interesses no âmbito nacional da disputa política.

As intervenções de APG sofreriam fortes críticas de Jacob Gorender. Segundo esse, aquele teria manifestado uma concepção da teoria das etapas estritamente “pessoal”, buscando diferenciá-lo do programa em debate. Acusa-o também de render-se a realizar uma revolução em favor da Burguesia, reafirmando em oposição a hegemonia do proletariado na revolução democrática. Segundo Gorender, APG seria um representante dos elementos de direita que teriam se manifestado na redação da *Declaração* e que seriam combatidos assim que o “esquerdismo” fosse derrotado no Congresso.

Após as críticas, APG responderia a Gorender com o que pode se compreendido como a principal ferramenta teórico-metodológica a orientar sua formulação tático-estratégica. Acusando-o de “incorrer em lamentável confusão” na definição do conceito de etapas revolucionárias, na qual Gorender estabeleceria uma relação de identidade entre as mudanças qualitativas na base econômica e na superestrutura. Explicita que para ele, APG, haveria duas aplicações:

Esse conceito clássico, *lato sensu*, abrangendo as mudanças na base econômica e na superestrutura, é de fato, o conceito que devem usar os historiadores, posteriormente aos acontecimentos, para periodizar a grande divisão entre a etapa democrática e etapa socialista etc.

Mas, em política prática, o conceito utilizado para periodizar de antemão, para determinar a previsão estratégica, para delimitar as etapas históricas ou estratégicas, é o conceito *stricto sensu* de mudanças na superestrutura, de mudanças nas instituições políticas, na composição de classe do poder, mudanças que são a condição política preliminar para as ulteriores transformações na base econômica, nas relações de produção (GUIMARÃES, 2019b, p. 284-285).

Portanto, a questão das etapas aqui discutida não se trata da execução de etapas universais e obrigatórias, mas sim de fases específicas na luta concreta que se dão no terreno da política até a completude do ciclo burguês e princípio do ciclo socialista. Nas palavras de APG:

“Assim como no curso da primeira etapa poderá haver fases táticas diversas, com modificações de grau na composição dos governos de caráter nacional e democrático que nos aproximarão do ‘último limite’ da revolução burguesa, assim também, no curso da segunda etapa, poderá haver fases táticas diversas na composição do governo, à medida que vá crescendo o peso específico dos operários e seus aliados naturais e permanentes no seio das forças antiimperialistas e antifeudais. As modificações na composição dos governos da primeira etapa nos aproximarão da passagem para a etapa seguinte e as modificações na composição dos governos da segunda etapa nos conduzirão ao nosso ulterior objetivo histórico – a vitória do socialismo” (GUIMARÃES, 2019a, p. 258).

Utilizando-se dessa leitura das etapas, segue criticando a Gorender por não lograr definir o que seria a segunda Etapa Socialista, a Ditadura do Proletariado. Pelo fato de não refleti-la de maneira política, mas sim doutrinária, o conceito de Ditadura do Proletariado não seria percebida em sua construção histórica por Gorender. Consequentemente, lhe escaparia o fato de que “o poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a hegemonia do proletariado JÁ É UMA FORMA da ditadura do proletariado” (GUIMARÃES, 2019b, p. 284). Quanto à rejeição de Gorender a ideia de constituição da frente nacionalista, para a conquista da primeira etapa Democrático Nacional, Passos afirma que sua proposta é a de uma revolução com “POSSIBILIDADE REAL” de ocorrer no contexto.

Interlocações com Lenin

As formas mais evidentes da interlocução entre APG e Lenin podem ser apresentadas pelas obras citadas pelo publicista alagoano. Não são poucas as referências a que Alberto se utiliza ao longo das páginas específicas para fundamentar a sua intervenção ao V Congresso do PCB.

Só nas páginas publicadas na Tribuna, são citados diretamente textos consagrados como: o “Projeto de Programa do Nosso Partido” de 1899; “A Questão Agrária e as forças da revolução”, de abril de 1907; “O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa” de 1908; “Sobre o direito das Nações à Autodeterminação” de 1914; “As tarefas do proletariado em nossa revolução”, de abril de 1917; e “Os Bolcheviques manter-se-ão no poder?”, de 01 outubro de 1917.

Todos esses textos dão sustentação a argumentos centrais na intervenção de Alberto Passos. A hegemonia burguesa na primeira etapa da revolução; o papel destacado do proletariado e do campesinato para a concretização do caminho democrático da revolução; o risco de uma *via prussiana* de

transformação burguesa do campo; a necessária composição de classes e segmentos de classes no Estado durante o período intermediário entre etapas; a viabilidade de uma “revolução agrária não-camponesa” em países em que o campesinato fosse ausente ou desagregado; entre outros pontos que sustentam a argumentação e que indiretamente vimos expressos na recuperação dos pontos levantados por Guimarães.

No entanto, essa recuperação textual de trechos de Lenin, como forma de legitimação do discurso político, não seria por si só uma novidade na prática dos comunistas daquele período. Como vimos, a constituição do *monolitismo* estalinista criou certa escolástica, que passava nesse caso pela “sacralização” dos textos lenineanos (CLAUDÍN, 2013), neutralizando o caráter dialético e histórico de seu pensamento.

Porém, buscamos apresentar elementos da argumentação de APG que parecem sinalizar para uma atividade formulativa com algum grau de autonomia frente à poderosa tradição do marxismo terceiro-internacionalista. Seria um intento de formular uma *via brasileira* para o socialismo, observada a conjuntura de “abertura” política em fins de governo JK, atitude típica do período de *renovação policêntrica* do movimento comunista, em contraposição a fórmulas pré-estabelecidas pela doutrina stalinista e de seu modelo revolucionário. No lugar de acatar as fórmulas tradicionais das etapas advindas do *monólito* teórico, APG lança mão de um ferramental teórico-metodológico das etapas revolucionárias que recoloca os termos em debate de forma diversa, abrindo brecha para se compreendê-las num sentido histórico-processual. Em substituição àquela fórmula evolutiva, linear e teleológica, observa-se, a partir dessa proposição metodológica, a abertura de um campo de possibilidades históricas na análise e na formulação tático-estratégica. Como exemplo, vemos tanto o debate que APG toca quanto a bifurcação de possibilidades para a consolidação da revolução burguesa entre um capitalismo democrático ou autocrático; ou ainda, em sua provocação contra Gorender, expressando sua definição da Ditadura do Proletariado enquanto uma forma historicamente constituída da hegemonia proletária.

A inserção de tal elemento, radicalmente disjuntiva frente à tradição etapista, ligada a terceira-internacional, parece guardar relação com uma formulação, não citada por Guimarães, com significativas semelhanças de Lenin. Debatendo diretamente com Bogdánov, quadro histórico do bolchevismo russo e defensor do chamado “comunismo de esquerda”, buscando combater sua posição de boicote a III Duma em 1910 e sua concepção de ação revolucionária estritamente “por baixo”, o dirigente da Revolução de 1917 elabora uma argumentação sobre o conceito de Revolução que parece guardar o mesmo significado que o de APG. Vejamos como Lenin coloca a questão:

Em termos gerais, esta expressão pode ser entendida de duas maneiras. Se se emprega no sentido amplo, significa o cumprimento das tarefas históricas objetivas e da revolução burguesa, sua ‘culminância’, é dizer, a eliminação do terreno mesmo capaz de engendrar uma revolução burguesa, a culminância de *todo o ciclo* das revoluções burguesas. Nesse sentido, por exemplo, na França a revolução democrático-burguesa culminou somente em 1871 (ainda que tenha começado em 1789). Por outro lado, quando se emprega a expressão em seu sentido restrito, se faz referência a uma revolução determinada, a uma das revoluções burguesas, a uma das ‘ondas’, se se quer,

que golpeia o antigo regime, mas que não termina com ele, não elimina o terreno das revoluções burguesas posteriores. Nesse sentido, a revolução de 1848 na Alemanha ‘culminou’ em 1850 ou na década de 50, sem que por isso se eliminasse o terreno para o ascenso revolucionário da década de 60. A revolução francesa de 1789 ‘culminou’, digamos, em 1794, sem que por isso se eliminasse o terreno para as revoluções de 1830 e 1848 (LENIN, 1977, p.198, tradução nossa).

A coincidência das propostas de conceituação de dois tipos de categorias de análise de processos revolucionários poderia ser produto de um contato direto de APG com o texto lenineano ou simplesmente extraído das várias enunciações que Lenin faz em seus textos e que transparecem esse entendimento, ainda que não explicitamente indicados. Porém, o ponto que nos interessa mais, não é identificar como se deu esse contato, mas sim perceber o significado dessa aproximação de métodos de análise. A apropriação, por parte de APG, dos conceitos de Revolução ampla e restrita de Lenin, foi capaz de arejara sua atividade teórica com uma visão mais voltada ao reconhecimento do *devoir* histórico, onde a agência dos seres sociais readquire significado e a história torna-se um campo de possibilidades. Afastando-se da confusão que Stalin produz dos dois conceitos (CLAUDÍN, 2013), APG estaria se aproximando da perspectiva que atravessa o método de Lenin, a sua *Realpolitik* revolucionária (LUKÁCS, 2012).

Considerações finais

Três anos após escrever essas páginas, APG asseverava em seu livro *Inflação e Monopólio no Brasil* (1963), que haveria dois caminhos possíveis abertos na luta contra os resquícios feudais, a democratização do Estado, com a entrada de amplas camadas populares no governo e a adoção de uma política econômica nacionalista; ou “a implantação de um regime ditatorial, de caráter antidemocrático e antipopular” (GUIMARÃES, 1963, p. 124). Seu prognóstico não se afastaria em absoluto dos fatos decorridos pouco tempo depois. O que pode indicar que sua leitura não estaria completamente afastada da realidade.

Ainda que tenha perpetuado equivocadas leituras, a exemplo, o suposto aspecto feudal da agricultura brasileira, sem conseguir compreender o real papel da classe dos latifundiários na construção do capitalismo e o conseqüente aspecto de complementariedade desse elemento “arcaico” com a dinâmica do capitalismo brasileiro; assim como a incompreensão do papel das reivindicações das massas camponesas, tidas por ele como desagregadas e de pouca tradição de luta na história brasileira, evidenciando flagrante influência de concepções ideológicas *prussianas* (COUTINHO, 2011); há na publicística de APG, ainda assim, algo de novo para o período e o lugar no qual se insere.

Revisitar esse período com intenções de realizar julgamentos, no mínimo, é uma imprudência diante do peso que o conhecimento dos fatos decorridos na sequência tem para nosso juízo. Porém, se buscarmos compreender aquele período dentro dos limites de seu contexto histórico, a publicística de APG se apresenta com um dos melhores retratos para o quadro de crise ideológica e política pela qual

atravessava o movimento comunista. Inserido numa forte tradição, estabelecida por décadas de monopolização do fazer teórico por parte de uma teoria estéril e dogmática, o esforço de buscar elaborar uma teoria para a Revolução Brasileira e lançar-se a discuti-la, sem possuir a retaguarda de estar defendendo uma tese elaborada por uma instância diretiva, atual ou anterior – como se deu nos debates entre os polemistas do V Congresso do PCB – é não só um exemplo de coragem, mas uma atitude voltada para uma inovação do fazer político e teórico dos comunistas.

APG foi um intelectual contraditório e com limites, mas que tentou recolocar a história e a política no centro das formulações da Revolução, inspirado pela singular e potente herança do pensamento de Lenin. Assim como a renovação do PCB foi considerada uma *Renovação Conservadora*, nada mais justo que compreender o pensamento de APG como um marxismo compósito, entre a *renovação* e a *conservação*. O seu marxismo nos parece ser uma fronteira entre dois tempos, onde a atividade teórica e a luta popular são os principais elementos de identidade entre eles.

Referências:

- ALBUQUERQUE, Leonardo C. de. **Um Intelectual Incontornável**: o pensamento político de Alberto Passos Guimarães (1956 – 1964). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução**: 1848 – 1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Inflação e monopólio no Brasil**: por que sobem os preços?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. “A Questão das Etapas da Revolução Brasileira”, in.: ALBUQUERQUE, Leonardo C. de. **Um Intelectual Incontornável**: o pensamento político de Alberto Passos Guimarães (1956 – 1964). 2019a. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, p. 245-258.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. “Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas”, in.: ALBUQUERQUE, Leonardo C. de. **Um Intelectual Incontornável**: o pensamento político de Alberto Passos Guimarães (1956-1964). 2019b. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, p. 281-293.
- LENIN, V. I., “Notas de um publicista”, in.: LENIN, V.I. **Lenin**: obras completas. Madrir: Akal Editor, 1977, p. 191-255.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAJELLA, Geraldo de. **Alberto Passos Guimarães**: jornalista, militante político e intelectual. Maceió: Edufal, 2017.

MAZZEO, Antônio Carlos, “O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo”, in.: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003, p. 153-170.

MEDEIROS, Leonildes Sérvalo. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

PRADO JUNIOR, Caio Prado. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. “Para um estudo da memória do PCB: a influência do pensamento antidualético de Mao Tsé-Tung na estratégia política do PCB (‘Declaração de Março’ de 1958, Resoluções do 5º e 6º Congressos)”, in.: **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 5-2: p. 94-106, 2011.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista**: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956 – 1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB 1954 – 1964. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

Notas

1 Mestre em Ciências Sociais pelo programa de pós -graduação do Centro de Pesquisa de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), desde 2019. Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense, desde 2014. Professor concursado da rede pública de ensino vinculado à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) desde novembro de 2015. Professor concursado da rede pública de ensino vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Maricá, desde fevereiro de 2020. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4904959348712968>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7329-3241>. E-mail: lc_albuquerque@id.uff.br

2 Para maiores informações biográficas sobre Alberto Passos Guimarães consultar MAJELLA(2017) e ALBUQUERQUE(2019).

3 “O *deus exmachina*” da teoria do socialismo nacional de Stalin é a famosa ‘lei do desenvolvimento desigual do capitalismo’. A lógica que instaura é simples: posto que o capitalismo se desenvolve desigualmente, a revolução produzir-se-á desigualmente, primeiro num país, mais tarde em noutro, ou noutros etc.; em cada caso, ‘ruptura’ da ‘cadeia imperialista’ ocorrerá no elo mais fraco” (CLAUDÍN, 2013, p. 93).

Recebido em: 30.06.2020

Aprovado em: 25.08.2020